

REQUERIMENTO

Assunto: *Solicitando ao prefeito esclarecimentos sobre a emissão de atestados de vacinação para fins de matrícula escolar e a situação das famílias que optaram por não aplicar a vacina contra a Covid-19 em seus filhos.*

Requeiro à Mesa, na forma regimental e consultado o Plenário, oficie-se ao Exmo. Sr. Prefeito para que através do setor competente da Municipalidade preste esclarecimentos a esta Casa de Leis sobre a orientação adotada pelas unidades de saúde quanto à emissão de atestados de vacinação exigidos para matrícula ou rematrícula escolar de crianças.

Solicito, em especial, que seja informado se os postos de saúde estão, de fato, se recusando a emitir os referidos atestados nos casos em que os responsáveis optaram por não autorizar a aplicação da vacina contra a Covid-19, ainda que todas as demais vacinas do calendário nacional de imunização estejam em dia.

O presente requerimento tem como base relatos de pais e responsáveis que têm enfrentado dificuldades para obter o documento, o que tem gerado receios quanto à possibilidade de prejuízos no exercício do direito constitucional à educação, assegurado no artigo 205 da Constituição Federal. Ressalta-se que não há, até o momento, obrigatoriedade legal expressa quanto à aplicação da vacina contra a Covid-19 em crianças, tratando-se, portanto, de uma decisão facultativa dos pais ou responsáveis.

Diante disso, é necessário esclarecer:

- Qual é a orientação oficial da Secretaria Municipal de Saúde quanto à emissão dos atestados de vacinação para fins escolares;
- Se a ausência da vacina contra a Covid-19 inviabiliza ou restringe a emissão do documento;



CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA
ESTADO DE SÃO PAULO

- Como os pais ou responsáveis devem proceder, nesses casos, para garantir o direito de seus filhos à matrícula e permanência nas instituições de ensino.

Sala das Sessões, assinado e datado eletronicamente.

Assinado de forma digital por MARCOS ROBERTO FELICIO MOREIRA:20416143822
Dados: 2025.10.09 10:21:47 -03'00'

MARQUINHO MOREIRA

Vereador – REPUBLICANOS

Documento assinado eletronicamente pelo(s) autor(es), nos termos da Medida Provisória nº 2.200-1, de 27 de julho de 2001, em conformidade com as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

